

## PETIÇÃO 12.155 DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES  
REQTE.(S) : SOB SIGILO  
ADV.(A/S) : SOB SIGILO

### DECISÃO

Trata-se PET autuada nesta SUPREMA CORTE por prevenção à Pet 11.108/DF e ao Inq. 4.781/DF, a partir de representação da Polícia Federal, subscrita pelo Delegado de Polícia Federal DANIEL CARVALHO BRASIL NASCIMENTO, pela medida investigativa de busca e apreensão domiciliares (residência e trabalho), veicular e pessoal, nos termos do art. 5º, XI, da CF/88 e do art. 240, § 1º, 'd', 'e', 'f' e 'h', do Código de Processo Penal, em face de CARLOS NANTES BOLSONARO (CPF 096.792.087-61), LUCIANA PAULA GARCIA DA SILVA ALMEIDA (CPF 016.689.217-31), PRISCILLA PEREIRA E SILVA (CPF 046.853.841-05) e GIANCARLO GOMES RODRIGUES (CPF 285.040.381-49).

A presente investigação diz respeito à apuração da utilização do sistema de inteligência *First Mile*, fornecido pela empresa Cognyte Brasil S.A., com capacidade de realizar monitoramento de dispositivos móveis sem a necessidade de interferência e/ou ciência das operadoras de telefonia, portanto, sem a necessária e imprescindível autorização judicial, por parte da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN).

Segundo consta, o referido sistema seria capaz de identificar a Estação Rádio Base (ERB) indicando a localização de qualquer celular monitorado, mas não seria passível de auditoria a partir dos dados encaminhados pela empresa Cognyte.

A Polícia Federal afirma que a investigação está relacionada com os seguintes eixos de atuação na ABIN entre os anos de 2019 e 2021, apontando a existências de diversos núcleos, entre eles os destacados nesta representação: (I) NÚCLEO POLÍTICO; (II) ALTA GESTÃO (NÚCLEO-PF); (III) NÚCLEO GESTÃO ABIN; e (IV) NÚCLEO CONSULTAS.

Destaca a autoridade policial que a existência dos referidos núcleos ficou amplamente corroborada pelas perícias realizadas pela Polícia Federal, concretizadas na IPJ nº 84139/024 e no Laudo nº 3663/2023 – INC/DITEC/PF, indicando que os dados da ferramenta *First Mile* periciados “*demonstram a realização de 60.734 (sessenta mil, setecentos e trinta e quatro), realizadas no período de 06/02/2019 até 27/04/2021, dentre as quais somente 21.309 (vinte um mil, trezentos e nove registros) retornaram as respectivas GEO localizações*”.

A investigação da Polícia Federal aponta que o uso indevido da solução tecnológica *First Mile* ocorreu, precipuamente, em razão da omissão deliberada e participação dos gestores da ferramenta, MAURICIO FORTUNATO PINTO, ALEXANDRE PASIANI e MARCELO FURTADO MARTINS DE PAULA, e as ações desvirtuadas realizadas na ABIN foram refletidas na natureza dos alvos monitorados, incluídos os Ministros do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, com objetivo de associá-los à associação criminosa.

A investigação demonstra a plena ciência da realização das condutas ilícitas pelo então Diretor-Geral ALEXANDRE RAMAGEM, o que se verifica por meio das interações entre os investigados PAULO MAURÍCIO e PAULO MAGNO, que distribuíram, entre si, o resumo da administração de ALEXANDRE RAMAGEM na ABIN, em resumo do seguinte teor:

“No início do governo Bolsonaro, havia, no corpo de servidores, a expectativa de que a proximidade do Diretor-Geral indicado (Alexandre Ramagem) com o Presidente da República permitiria fortalecer a atividade de inteligência de Estado. Com o tempo, percebeu-se que essa proximidade não impulsionou a atividade, mas pautou uma agenda política pessoal do então Diretor-Geral (que deixou o cargo para candidatar-se em 2022), frustrando os anseios dos servidores.

**O direcionamento dos recursos da agência para atender demandas de interesse privado ou ideologicamente enviesadas, em desacordo com as diretrizes institucionais,**

produziu resistência do corpo funcional. Havia pressão para que se chegasse a conclusões em consonância com determinadas narrativas políticas. O produto final da agência chegava a ser alterado para não contrariar tais narrativas políticas. O produto final da agência chegava a ser alterado para não contrair tais narrativas. Aquelas que se opuseram às demandas gradativamente foram exonerados das funções e alguns foram perseguidos, tendo a carreira prejudicada. Para contornar a resistência, a Direção-Geral buscou afastar servidores mais experientes e nomeou diversos servidores mais novos, muitos ainda em estágio probatório, para funções importantes”

Assim, a autoridade policial, com base nos elementos de prova acima referenciados e outros mencionados na representação, e após aprofundamento das investigações nas Pets 11.108/DF, 11.840/DF e 12.027/DF, em trâmite nesta SUPREMA CORTE sob minha relatoria, aponta a identificação de organização criminosa, nos moldes do art. 2º da Lei nº 12.850/2013, com intuito de monitorar ilegalmente pessoas e autoridades públicas, em violação ao art. 10 da Lei 9.296/96 (com redação dada pela Lei nº 13.869/2019), invadindo aparelhos e computadores, além da infraestrutura de telefonia, incidindo no art. 154-A do Código Penal (com redação dada pela Lei 12.737/2012).

Nesta representação específica, ressalta a autoridade policial a identificação do NÚCLEO POLÍTICO, composto por CARLOS NANTES BOLSONARO, LUCIANA PAULA GARCIA DA SILVA ALMEIDA e PRISCILLA PEREIRA E SILVA que, em conjunto com ações do NÚCLEO ALTA GESTÃO-PF, sob o comando de ALEXANDRE RAMAGEM, monitorou indevidamente “inimigos políticos” e buscou informações acerca da existência de investigações relacionadas aos filhos do então Presidente da República JAIR MESSIAS BOLSONARO.

Argumenta a Polícia Federal, assim, a imprescindibilidade das medidas de busca e apreensão ora pleiteadas, para o “*aprofundamento do acervo probatório em especial para trazer à lume os destinatários dos produtos*

*enviesados das ações clandestinas que se valiam do sistema FIRST MILE para monitorar sujeitos antagônicos à Organização Criminosa”.*

Intimada, a Procuradoria-Geral da República manifestou-se pelo acolhimento parcial da representação da Polícia Federal, somente ressaltando o requerimento que tem por alvo a representada PRISCILLA PEREIRA E SILVA.

É o relatório. DECIDO.

### **I) ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA E NÚCLEOS DE ATUAÇÃO**

A presente investigação apura a utilização do sistema de inteligência *First Mile* pela ABIN (Agência Brasileira de Inteligência) no monitoramento de dispositivos móveis, sem a necessidade de interferência e/ou ciência das operadoras de telefonia e **sem a necessária e imprescindível autorização judicial.**

A Polícia Federal apontou, inicialmente, para núcleos distintos responsáveis pelos cometimentos dos crimes: 1) NÚCLEO PF, subdivido em dois subnúcleos: Alta-Gestão e Subordinados; 2) NÚCLEO EVENTO PORTARIA 157 e 3) NÚCLEO TRATAMENTO LOG.

A identificação desses núcleos foi objeto de representação policial nos autos da Pet 12.027/DF pelas medidas de busca e apreensão domiciliar (residencial e profissional), veicular e pessoal em face do Deputado Federal ALEXANDRE RAMAGEM RODRIGUES, bem como em face de CARLOS AFONSO GONÇALVES, MARCELO ARAÚJO BORMEVET, CARLOS MAGNO DE DEUS RODRIGUES, FELIPE ARLOTA FREITAS, HENRIQUE CÉSAR PRADO ZORDAN, ALEXANDRE RAMALHO DIAS FERREIRA, LUIZ FELIPE BARROS FELIX, OTTONEY BRAGA DOS SANTOS, THIAGO GOMES QUINALIA, RICARDO WRIGHT MINUSSI MACEDO e BRUNO DE AGUIAR FARIA.

Ao deferir a referida representação, consignei, em síntese, que:

(a) A Polícia Federal identificou a existência de uma organização criminosa, nos moldes do art. 2º da Lei nº 12.850/2013, com intuito de monitorar ilegalmente pessoas e autoridades públicas, em violação ao art. 10 da Lei 9.296/96 (com redação dada pela Lei nº 13.869/2019), invadindo aparelhos e computadores, além da infraestrutura de telefonia, incidindo no art. 154-A do Código Penal (com redação dada pela Lei 12.737/2012) e apontou a existência de diversos núcleos distintos dentro da organização criminosa, todos responsáveis pela execução das infrações penais;

(b) A atuação do NÚCLEO DA ALTAGESTÃO ABIN, que detinha o poder de direcionamento das condutas dos demais, com pleno conhecimento do desvirtuamento do uso da ferramenta de inteligência First Mile e teria tentado dar uma aparência de legalidade na sua utilização, bem como impedir a apuração correicional sobre condutas ilícitas;

(c) Os policiais federais destacados, sob a direção de ALEXANDRE RAMAGEM, utilizaram das ferramentas e serviços da ABIN para serviços e contra-inteligência ilícitos e para interferir em diversas investigações da Polícia Federal, como por exemplo, para tentar fazer prova a favor de RENAN BOLSONARO, filho do então Presidente JAIR BOLSONARO;

(d) A utilização da ABIN para fins ilícitos foi demonstrada também pela preparação de relatórios para defesa do Senador FLÁVIO BOLSONARO, sob responsabilidade de MARCELO BORMEVET, que ocupava o posto de chefe do Centro de Inteligência Nacional – CIN;

(e) A atuação do NÚCLEO-EVENTO PORTARIA 157 caracteriza outra evidência de instrumentalização da ABIN, pois identificou anotações cujo conteúdo remete à tentativa de associação de Deputados Federais – , bem como Ministros do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, à organização criminosa conhecida como PCC (Primeiro Comando da Capital); e

(f) os investigados, sob as ordens de ALEXANDRE RAMAGEM, utilizaram a ferramenta FIRST MILE para monitoramento do então Presidente da Câmara dos Deputados,

RODRIGO MAIA, da então deputada federal JOICE HASSELMAN, de ROBERTO BERTHOLDO e da Promotora de Justiça do Rio de Janeiro e coordenadora da força-tarefa sobre os homicídios qualificados perpetrados em desfavor da vereadora MARIELLE FRANCO e o motorista que lhe acompanhava ANDERSON GOMES.

**Além da identificação das diversas condutas acima resumidas, a Polícia Federal, com o aprofundamento das medidas investigativas, aponta fato novo, relacionado à existência, na referida organização criminosa, do NÚCLEO POLÍTICO, também responsável pelo desvirtuamento da ABIN e da ferramenta *First Mile*.**

A existência de mais esse núcleo, argumenta a autoridade policial, se mostrou visível no monitoramento ilegal, para fins políticos, do servidor HUGO FERREIRA NETTO LOSS (responsável por operações de fiscalização ambiental no IBAMA), posteriormente exonerado de sua função, em possível represália às ações de combate aos crimes ambientais.

A Polícia Federal aponta que a organização criminosa identificada na ABIN era, potencialmente, uma das células de organização criminosa de maior amplitude, cuja tarefa primordial era realizar a “contrainteligência” de Estado.

Essa conclusão, conforme consta da representação, é apresentada nos seguintes termos:

“30. A premissa investigativa ganha concretude com a identificação de informações sigilosas impressas pelo Del. ALEXANDRE RAMAGEM possivelmente para entregar aos destinatários do núcleo político.

31. A CGU, nesta trilha, identificou impressão de documento pelo então Diretor da ABIN contendo a lista contendo informações dos Inquéritos Eleitorais da Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro.

32. A lista impressa pelo Del. ALEXANDRE RAMAGEM apresentada o número de inquérito, nome do investigado, o cargo político e o partido político em 20/02/2020 na

Superintendência Regional da Polícia do Rio de Janeiro.

(...)

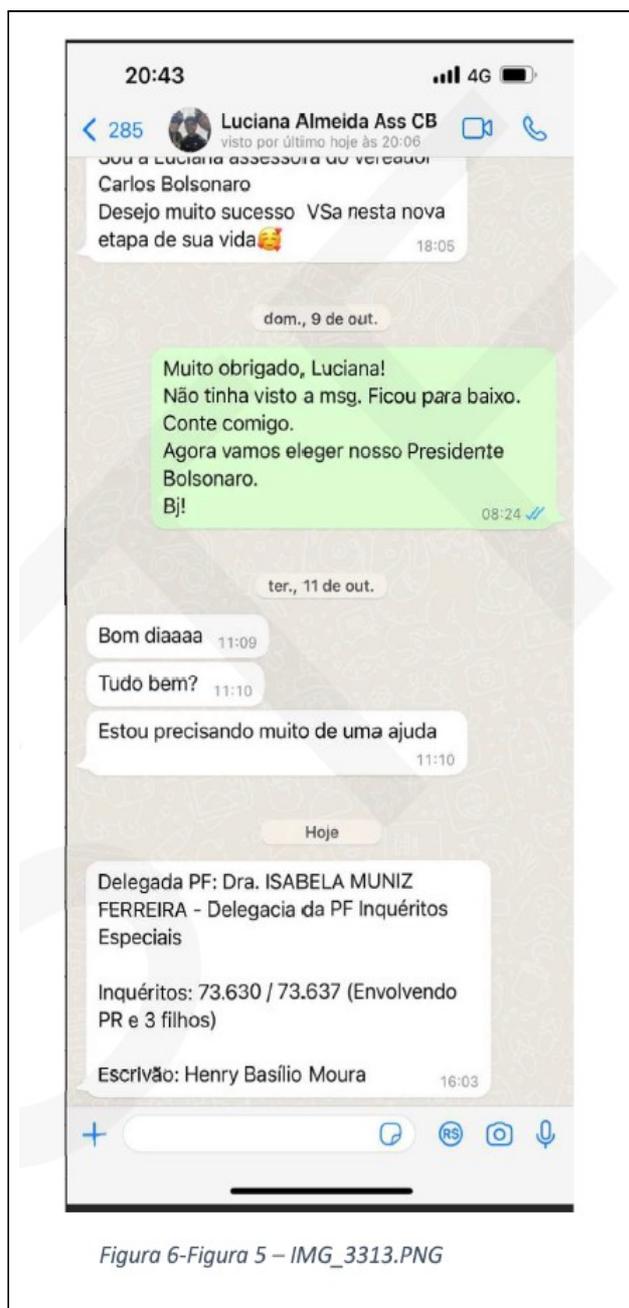
33. A impressão de relatório de informações com referências à data 28/02/2020, a priori sigilosas, relacionadas à Inquéritos Policiais Federais da DELINST, unidade responsável pelas apurações eleitorais, da Superintendência Regional da Polícia Federal no ano de 2020.

34. O uso do sistema FIRST MILE em outubro de 2020, período eleitoral, apresentou discrepância na distribuição das consultas posto que das 60.734 (sessenta mil, setecentos e trinta e quatro) consultas constantes na tabela TARGET, 30.344 (trinta mil, trezentos e quarenta e quatro consultas) foram realizadas no período eleitoral de 2020.

(...)”

Da mesma forma, destaca a autoridade policial que a existência do NÚCLEO POLÍTICO e os serviços prestados pela estrutura paralela infiltrada na ABIN ganha concretude no pedido realizado por CARLOS NANTES BOLSONARO, por meio de sua assessora LUCIANA ALMEIDA, ao Delegado ALEXANDRE RAMAGEM, através de PRISCILLA PEREIRA E SILVA. Eis o teor da mensagem enviada:

“Bom diaaaa  
Tudo bem?  
Estou precisando muito de uma ajuda  
Delegada PF. Dra. ISABELA MUNIZ FERREIRA –  
Delegacia da PF Inquéritos Especiais  
Inquéritos: 73.630 / 73.637 (Envolvendo PR e 3 filhos)  
Escrivão: Henry Basílio Moura”



A autoridade policial ressalta que os dados enviados na mensagem acima referida são compatíveis com informações disponíveis nos sistemas internos da Polícia Federal, conforme exposta na representação:

“35. A existência do NÚCLEO POLÍTICO e os eventuais serviços prestados ganha concretude no pedido realizado pelo sr. CARLOS BOLSONARO para o Delegado ALEXANDRE RAMAGEM e a subseqüente remessa de informações de Inquéritos de Polícia Federal em andamento.

(...)

36. A solicitação pelo NÚCLEO POLÍTICO dos serviços do Del. ALEXANDRE RAMAGEM é compatível com as informações disponíveis nos sistemas policiais federais:

(...)

37. A observação da interlocutora LUCIANA ALMEIDA, assessora do vereador CARLOS BOLSONARO: ‘Envolvendo PR e 3 filhos’ não foram corroboradas em relação aos IPLs referidos.

38. A solicitação de realização de ‘ajuda’ relacionada à Inquérito Policial Federal em andamento em unidades sensíveis da Polícia Federal indica que o NÚCLEO POLÍTICO possivelmente se valia do Del. ALEXANDRE RAMAGEM para obtenção de informações sigilosas e/ou ações ainda não totalmente esclarecidas, razão pela qual se faz mister as diligências abaixo representadas.

(...)

53. Os referidos inquéritos policiais não apresentam pertinência com os referidos Pr e 3 filhos. Entretanto, fontes abertas indicam que no período existiam investigações em andamento no interesse dos sujeitos razão pela qual provavelmente a fonte não obteve os números dos procedimentos corretos.

54. Destaca-se que conforme se depreende da IPJ 183071/2024 que a comunicação entre os investigados Del. ALEXANDRE RAMAGEM e CARLOS BOLSONARO se dá precipuamente por meio de seus respectivos assessores”.

Desse modo, os elementos de prova colhidos até o momento indicam, de maneira significativa, que a organização criminosa infiltrada

na ABIN também se valeu de métodos ilegais para a realização de ações clandestinas direcionadas contra pessoas ideologicamente qualificadas como opositoras, com objetivo de *“obter ganho de ordem política posto que criavam narrativas para envolver autoridades públicas de extrato político opositor da então situação”*, bem como para *“fiscalizar”* indevidamente o andamento de investigações em face de aliados políticos.

Ressalte-se, ainda, que os significativos indícios colhidos pela Polícia Federal apontam a possibilidade de identificação de ainda mais núcleos de atuação da organização criminosa, com participação de outros agentes ainda não identificados, considerando que a estrutura paralela instalada na ABIN executava tarefas clandestinas multifacetadas.

## **II) BUSCA E APREENSÃO DOMICILIAR (RESIDENCIAL E PROFISSIONAL) E PESSOAL.**

A inviolabilidade domiciliar constitui uma das mais antigas e importantes garantias individuais de uma Sociedade civilizada, pois engloba a tutela da intimidade, da vida privada, da honra, bem como a proteção individual e familiar do sossego e tranquilidade, inclusive do local onde se exerce a profissão ou a atividade, desde que constitua ambiente fechado ou de acesso restrito ao público (HC nº 82.788/RJ, 2ª T, Rel. Min. CELSO DE MELLO).

Esse fundamental direito, porém, não se reveste de caráter absoluto (RHC 117159, 1ª T, Rel. Min. LUIZ FUX) e não deve ser transformado em garantia de impunidade de crimes, que, eventualmente, em seu interior se pratiquem ou que possibilitem o armazenamento de dados probatórios necessários para a investigação (RT 74/88, 84/302); podendo ser, excepcionalmente, afastado durante a persecução penal do Estado, desde que presentes as hipóteses constitucionais e os requisitos legais (RE 603.616/RO, Repercussão Geral, Pleno, Rel. Min. GILMAR MENDES; HC 93.050-6/RJ, 2ª T, Rel. Min. CELSO DE MELLO; HC 97567, 2ª T, Rel. Min.

ELLEN GRACIE).

Quanto à necessidade das buscas e apreensões, assim se manifestou a autoridade policial:

“106. Os elementos probatórios acima indicam a existência de NÚCLEO POLÍTICO que se valia dos serviços prestados pelo então Diretor da ABIN ALEXANDRE RAMAGEM e seus subordinados de fato.

107. A materialidade dos documentos apócrifos devidamente impressos com o fito de evitar prestação demonstram se tratar de investigados com extremo zelo no acobertamento das evidências das ações delituosas.

108. Nesta trilha, as eventuais diligências ostensivas relacionadas aos demais investigados inevitavelmente coloca em risco o acervo probatório posto que a organização criminosa possui ramificações ainda não totalmente identificadas.

109. As medidas de busca e apreensão relacionadas ao integrante do NÚCLEO POLÍTICO identificado que se comunicava com o Delegado ALEXANDRE RAMAGEM por pessoa interposta ASSESSORES é necessária e adequada para identificar os reais responsáveis pelo desvirtuamento da ABIN. A adequação, por sua vez, é visualizada na própria dificuldade de investigar sujeitos que possuem a expertise tanto da área de inteligência, bem como de investigações policiais razão pela qual o risco ao desaparecimento de vestígios principalmente digitais de alta volatilidade ainda mais com o aprofundamento das investigações e a ostensividade das diligências.

110. A diligência de busca apreensão, portanto, é o meio probatório capaz de trazer à lume a completude das lacunas invencíveis por diligências ordinárias nos termos do art. 240 do CPP cc art. 5º, XI, da CF.

111. Os sujeitos identificados pelo NÚCLEO POLÍTICO, portanto, nos termos da INFORMAÇÃO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA Nº 183071/2024 DOIC/CCINT/CGCINT/DIP/PF, além do sr. CARLOS BOLSONARO, são as responsáveis pelas interlocuções entre os investigados posto conforme destacado

no relatório de análise as ‘demandas’ era tratada por meio das assessoras dos investigados (LUCIANA PAULA GARCIA DA SILVA ALMEIDA - CPF Nº 016.689.217-31 e PRISCILLA PEREIRA E SILVA CPF Nº 046.853.841-05) e não diretamente entre os investigados corroborando ainda mais o zelo em relação aos vestígios das condutas delituosas”.

Efetivamente, a solicitação de medida investigativa está devidamente justificada, tendo sido decorrente de aprofundamento da investigação, que já teve medida similar deferida nas Pets 11.008/DF, 11.840/DF e 12.027/DF. Também verifico que está circunscrita aos locais vinculadas aos fatos investigados, devidamente indicados, limitando-se ao endereços pertinentes.

Nesse cenário, estão presentes os pressupostos necessários ao afastamento da garantia constitucional da inviolabilidade do domicílio (residência e trabalho), bem como em relação a busca pessoal, encontrando-se justificada a ação invasiva na procura de outras provas das condutas ora postas sob suspeita em relação aos investigados CARLOS NANTES BOLSONARO (CPF 096.792.087-61), LUCIANA PAULA GARCIA DA SILVA ALMEIDA (CPF 016.689.217-31), PRISCILA PEREIRA E SILVA (CPF 046.853.841-05) e GIANCARLO GOMES RODRIGUES (CPF 285.040.381-49).

No mesmo sentido, manifestou-se a PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA, salientando a necessidade das medidas pleiteadas:

“Carlos Bolsonaro é tido pelas investigações policiais como integrante do que é chamado de núcleo político de grupo que é tido como organização criminosa atuante na ABIN – Agência Brasileira de Inteligência, ao tempo em que dirigida pelo hoje Deputado Alexandre Ramagem.

A providência em exame se soma a outra, recentemente deferida e executada, que teve por alvo o próprio Deputado Ramagem. As investigações apontam para o uso da Agência com vistas a fins políticos estranhos à sua finalidade, envolvendo monitoramento de pessoas específicas, de interesse

meramente particular ou político de terceiros. A ABIN terá sido empregada para atividades visando a beneficiar ou a monitorar pessoas específicas de modo ilegal.

A autoridade policial relata que, afastado o sigilo telemático do Deputado Alexandre Ramagem, foi identificada conversa mantida por *WhatsApp* entre o parlamentar e Luciana Almeida, Assessora do Vereador Carlos Nantes Bolsonaro. Compreende que a Assessora Luciana solicitava do então Diretor-Geral da ABIN 'ajuda' relacionada ao Inquérito Policial Federal em andamento em unidades sensíveis da Polícia Federal'. O evento foi tratado como indicativo de 'que o NÚCLEO POLÍTICO possivelmente se valia do Del. ALEXANDRE RAMAGEM para obtenção de informações sigilosas e/ou ações ainda não totalmente esclarecidas'. A conversa está retratada no seguinte *print*:

(...)

A solicitação da 'ajuda' se referia a investigações que envolveriam filhos do então Presidente da República e deste mesmo. A autoridade representante enxerga no episódio o recurso do que chama de núcleo político do grupo ao Dr. Ramagem, 'para obtenção de informações sigilosas e/ou ações ainda não totalmente esclarecidas'.

A interferência sobre procedimentos não seria acontecimento avulso no período. A representação minudencia a descoberta de impressão, pelo Dr. Ramagem, em fevereiro de 2020, de informações de inquéritos eleitorais em curso na Polícia Federal que listavam políticos do Rio de Janeiro.

A autoridade policial estabelece que a Sra. Luciana Almeida, antiga assessora de Carlos Bolsonaro, operara como intermediadora das demandas do interesse do Vereador a Alexandre Ramagem.

A providência de busca e apreensão se mostra justificada, quanto ao Sr. Carlos Bolsonaro e à Sra. Luciana Almeida, na medida em que se infere a causa provável do contexto espelhado na peça policial em apreço. Outros fatos mais, de ordem similar ao que a investigação mencionou, podem vir a

ser desvendados como resultado da providência requerida.

(...)

A representação noticia também a participação de Giancarlo Gomes Rodrigues, por determinação do Dr. Alexandre Ramagem, no monitoramento injustificado do advogado Roberto Bertholdo, que teria proximidade com os ex-Deputados Federais Joice Hasselmann e Rodrigo Maia, à época tidos como adversários políticos do governo.

Conforme informações policiais, Giancarlo Gomes Rodrigues é militar e à época dos fatos estava cedido à ABIN, tendo sido lotado no Centro de Inteligência Nacional (CIN), operando a ferramenta First Mile, cujo desvirtuamento é objeto de enfoque nas investigações em curso. A sua conduta apurada até aqui permite a suposição de que a busca e apreensão possa desvelar elementos relevantes para o progresso das apurações em desenvolvimento. Neste caso, exposta razão suficiente para a medida intrusiva em prol da satisfação do interesse da apuração em toda a sua extensão de fatos relevantes, e em favor do fortalecimento da matriz investigatória e do acautelamento de evidências, a representação se mostra apta para acolhimento”.

Embora a Procuradoria-Geral da República, no que diz respeito à representada PRISCILLA PEREIRA E SILVA, tenha se manifestado contrariamente ao deferimento da representação policial, verifica-se que as medidas pleiteadas também são necessárias em relação a ela, tendo em vista que, na qualidade de interlocutora de ALEXANDRE RAMAGEM, figura central da organização criminosa ora investigada, foi apontada como a receptora do pedido de informações clandestinas realizado por LUCIANA ALMEIDA, assessora de CARLOS BOLSONARO.

Como ressaltado pela autoridade policial, as “demandas” eram tratadas por meio de assessoras, e não diretamente entre os investigados, *“corroborando ainda mais o zelo em relação aos vestígios das condutas delituosas”*, de modo que o não acolhimento da representação em relação à LUCIANA ALMEIDA poderia prejudicar, significativamente, a colheita

de provas e o deslinde da investigação.

Dessa forma, em relação a todos os representados, estão presentes os requisitos do art. 240 do Código de Processo Penal, necessários ao deferimento de ordem judicial de busca e apreensão em seus endereços profissionais e residenciais, pois devidamente motivada em fundadas razões que, alicerçadas em indícios de autoria e materialidade criminosas, sinalizam a necessidade da medida para colher elementos de prova relacionados à prática de infrações penais em relação aos investigados.

### **III) DISPOSITIVO.**

**Diante de todo o exposto, nos termos do art. 21 do Regimento Interno do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, DEFIRO os pedidos e DETERMINO A BUSCA E APREENSÃO DOMICILIAR (RESIDENCIAL E PROFISSIONAL) E PESSOAL** de documentos, computadores, *tablets*, celulares e outros dispositivos eletrônicos, bem como de quaisquer outros materiais relacionados aos fatos, inclusive, para que, caso não se encontre no local da realização da busca, proceda-se à apreensão de objetos e dispositivos eletrônicos de que tenha a posse, bem como a busca em quartos de hotéis, motéis e outras hospedagens temporárias onde o investigado tenha se instalado, caso esteja ausente de sua residência:

1. CARLOS NANTES BOLSONARO (CPF 096.792.087-61);
2. LUCIANA PAULA GARCIA DA SILVA ALMEIDA (CPF 016.689.217-31);
3. PRISCILLA PEREIRA E SILVA (CPF 046.853.841-05); e
4. GIANCARLO GOMES RODRIGUES (CPF 285.040.381-49)

AUTORIZO, desde logo, a adoção das seguintes medidas pela autoridade policial:

(1.1) prosseguir nas medidas de busca e apreensão em endereços contíguos (para o que deve adotar todas as medidas necessárias a verificar a existência de eventuais cômodos secretos ou salas reservadas em quaisquer dos endereços diligenciados), bem assim determinação para que lhe franqueiem acesso, cópias ou apreensão dos registros de controle de ingresso nos endereços relacionados, caso existam.

(1.2) medidas de busca e apreensão em veículos automotores eventualmente encontrados no endereço e nos armários de garagem, quando as circunstâncias fáticas indicarem que o(a) investigado(a) faz uso de tais veículos, ainda que não estejam registrados em seu nome;

(1.3) acesso e a análise do conteúdo (dados, arquivos eletrônicos, mensagens eletrônicas e e-mails) armazenado em eventuais computadores, servidores, redes, inclusive serviços digitais de armazenamento em nuvem", ou em dispositivos eletrônicos de qualquer natureza, por meio de quaisquer serviços utilizados, incluindo aparelhos de telefonia celular que forem encontrados, bem assim para a apreensão, se necessário for, dos dispositivos de bancos de dados, DVDs, CDs ou discos rígidos;

(1.4) acesso e a análise do conteúdo dos computadores e demais dispositivos no local das buscas e de arquivos eletrônicos apreendidos, mesmo relativo a comunicações eventualmente registradas, inclusive dados armazenados em nuvem", registrando-se e preservando-se o código hash dos arquivos eletrônicos; e

(1.5) arrolamento, a avaliação e a custódia, em ambiente seguro, do dinheiro em espécie e dos bens de elevado valor econômico apreendidos.

Expeçam-se os mandados, dirigidos à Polícia Federal, nos termos do art. 243 do Código de Processo Penal.

Deverá a autoridade policial: (a) apresentar os endereços onde serão

**PET 12155 / DF**

realizadas as medidas de busca e apreensão; (b) apresentar e gerar, quando da coleta e do armazenamento dos materiais em ambiente virtual, os códigos de verificação e de autenticação (códigos *hash*), com vistas à adequada manutenção da cadeia de custódia e à validade dos vestígios digitais; e (c) analisar o material e o conteúdo eletrônico apreendidos de forma prioritária, apresentando relatório parcial no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Expeça-se o necessário.

Comunique-se à autoridade policial.

Ciência à Procuradoria-Geral da República.

Cumpra-se.

Brasília, 27 de janeiro de 2024.

**Ministro ALEXANDRE DE MORAES**

Relator

*Documento assinado digitalmente*